



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 41**

Sessão Extraordinária

Reunião de 28-03-2003

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, nesta cidade de Aveiro, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Rui Manuel Pereira Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, António dos Santos Costa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca e Domingos José Barreto Cerqueira.

A Vereadora Marília Fernanda Correia Martins chegou às 22:30 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições, nesta reunião, dos Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, António Luís Gomes Carvalho e Victor Manuel da Silva Martins, por Fernando Manuel Teixeira Alves, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária, cujo ponto único se transcreve:

**Ponto Único – Prestação de serviços de locação financeira na modalidade de “leaseback” – aprovação da adjudicação.**

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

**PONTO ÚNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE “LEASEBACK” – APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20/03/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para fazer uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entretanto entraram na sala os vogais Maria Isabel Almeida Velada, José da Cruz Costa e Vítor Manuel Santos Marques).

Membros da Assembleia:

Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Senhor Presidente primeiro que tudo, eu gostava de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo facto de assumir agora uma postura muito mais política, no sentido em que agora é o Presidente da Distrital do PS em Aveiro; e em nome do PSD gostaria de lhe desejar as maiores felicidades no seu cargo mas que isso não obste a que o PSD continue a ser a força política mais importante, e mais representativa no Distrito de Aveiro.*

*Acerca do assunto que nos traz aqui hoje, gostaria de começar por realçar o facto deste concurso de prestação de serviços ter tido um único concorrente. Ainda bem que teve um! Porque se não tivesse nenhum é que era muito problemático. Tendo um concorrente, bom, ser o BPI se calhar também não é novidade nenhuma, uma vez que é o Banco que está mais sensível às operações que se têm estado a realizar em relação ao Euro 2004.*

*Agora em relação à proposta e é esta proposta e por isso está dentro da lei, o facto de existir só um concorrente não faz com que realmente não se possa realmente adjudicar, pode-se adjudicar a este Banco esta prestação de serviços. Agora o que eu gostaria que fosse esclarecido era dos terrenos que estão a ser propostos para esta operação, nós não temos conhecimento de quais são na realidade estes terrenos. Aquilo que sabemos é que são terrenos no Plano de Pormenor do Centro, sabemos que são terrenos na zona do actual estádio Mário Duarte.*

*Olhando para os valores poderei dizer: bom, são todos os terrenos do actual estádio Mário Duarte, incluindo os Armazéns Gerais — e espero que exceptuando os terrenos vendidos à Universidade. No entanto, acerca dos terrenos do Plano de Pormenor do Centro, não fazemos a mínima ideia de quais são os terrenos? Se são todos aqueles que ainda não estão na operação de “leasing” anterior que foi feita, e aqueles terrenos que entretanto já foram vendidos. E por isso este ponto parece-me essencial: quais são os terrenos que neste momento os aveirenses estão a pôr no “prego” (utilizando linguagem popular), para podermos ter este financiamento?*

*Está atribuído a estes terrenos um determinado montante, um determinado valor. Diz o Senhor Presidente da Câmara que os terrenos estão a valorizar. Mas também acho que é*

*bom que nós possamos pôr a questão ao contrário: e se os terrenos desvalorizarem? Se os terrenos não valerem tanto quanto se pensa que valem? Se os terrenos não puderem ser vendidos apesar de se achar que podem ser vendidos? Como é que a Câmara vai pagar os quinhentos e dez mil euros a multiplicar por sessenta prestações? Como é que nós vamos encontrar esse dinheiro? Ou seja, eu até sei a resposta: é que se os terrenos não forem vendidos por esse preço há ali um intervalo que vamos ter que ir buscar mais uma vez aos cofres da Câmara. Mas os cofres da Câmara já estão vazios! Então vamos buscar onde? Vamos buscar mais uma vez não pagando aos fornecedores ou onerando ainda mais os munícipes. Não há milagres! Quer dizer eu não sou economista, mas nestas coisas não me parece que o dinheiro tenha outra fonte. Por isso os terrenos se não valerem tanto e com a oferta de terrenos que neste momento já existe no Concelho de Aveiro, parece-me que os terrenos já não poderão valer tanto quanto aquilo que se espera. Com os constrangimentos que está neste momento a haver em relação aos terrenos dos armazéns gerais, que o hospital reclama, e que por isso não poderão ser colocados à venda, parece-me que a Câmara vai ter que na mesma pagar esta prestação de serviços de locação financeira e não têm dinheiro para o fazer.*

*Gostaria também de perguntar à Câmara e que para mim é a questão mais fundamental, é que não há muito tempo, foi no início do mandato do Senhor Presidente da Câmara, do primeiro mandato (já foi há algum tempo), nós deliberámos nesta Assembleia que os terrenos dos armazéns gerais iam ser permutados ao Hospital pelos terrenos de São Bernardo, e depois seria acertado com mais um determinado montante em dinheiro. Não houve nenhuma deliberação desta Assembleia em que esta operação já não se fizesse. Como é que nós agora podemos, nós a mesma Assembleia, poder agora deliberar que os mesmos terrenos que nós deliberámos que eram para ser trocados e serviriam para o uso do Hospital Distrital de Aveiro, afinal a Assembleia Municipal vai agora votar outra coisa, outro destino para estes terrenos.*

*Parece-me que é impossível nós neste momento fazermos isto. Acho que legalmente e moralmente me parece que não o possamos fazer, a não ser que haja uma deliberação, primeiro, nossa, a dizer: - denunciemos àquele protocolo, àquela permuta que propusemos que se fizesse com o Hospital. E então só depois é que podemos dizer: - esses terrenos (denunciando a essa permuta), podem agora entrar nesta operação financeira que nós queremos fazer. Antes disso, parece-me que é uma grande ilegalidade e uma grande imoralidade, aquilo que poderemos fazer se estivermos a aprovar este Leaseback nessa base. Por isso, parece-me que a base, é uma base falsa.*

*Eu gostaria muito de aprovar este Leaseback. Eu gostaria muito de podermos dizer que temos dinheiro para poder pagar o Estádio Municipal de Aveiro que estamos a construir. Agora não fico com a minha consciência tranquila e sendo eu representante dos aveirenses, dizer que uma deliberação nossa aqui, afinal vai ser esquecida e vamos por cima desta estar a voltar atrás com a nossa palavra e vamos agora deliberar que estes terrenos afinal já não têm um uso, vão ter exactamente outro uso sem termos discutido sequer esta questão; e quando ainda por cima o outro parceiro da permuta que queremos fazer diz: nós até queremos os terrenos!*

*Para já ficava-me por aqui acerca desta apreciação, dizendo que em termos técnicos no que diz respeito ao Leaseback propriamente, às taxas de juro e à operação em si, não nos parece que haja alguma questão de maior, por isso achamos que o Leaseback poderá ser feito, se for resolvido este problema dos terrenos. E por isso é que a primeira pergunta é: “quais são os terrenos?”, para saber se realmente os armazéns gerais estão aí incluídos. E se estão aí incluídos, esse poderá ser o grande problema, a grande chave da nossa votação acerca deste ponto.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“A questão dos terrenos já foi amplamente divulgada aqui, realmente não vou insistir nela. Contudo, há outras questões que eu gostaria de salientar. Como é que se pode falar como nos foi agora aqui transmitido, também não tínhamos conhecimento, que são 65.000 m<sup>2</sup> de construção que estão aqui em causa, quando o próprio plano do Mário Duarte não está aprovado; quando a área dos armazéns gerais comporta grande parte da construção do plano de pormenor do Mário Duarte! Esta é a tal área referida pelo meu colega de bancada, a tal área que não sabemos se poderá ou não ser aqui incluída pelo menos até estar a questão resolvida.*

*Bom, uma outra questão realmente é que, nós queremos a todo o custo e bem, claro, pagar o nosso estádio. É bom termos um estádio (ou pelo menos agora temos que o encarar desta forma), contudo não podemos ser, ou não pode a Câmara, ser o principal agente na especulação dos terrenos. Ou seja, eu parece-me que a política de solos que esta Câmara Municipal está a praticar não é nem pouco mais ou menos a mais aconselhada para quem está realmente numa fase de crise; nem sequer numa outra situação normal. Não podemos tentar fazer do centro da cidade o grande ponto de construção e a partir daí subir os valores, fazendo com que se possa encher futuramente os cofres da Câmara, porque isso na verdade não irá acontecer. E não irá acontecer porque os preços passaram ou estão a passar o limite admissível.*

*Eu gostaria realmente de saber como é que ou qual é a previsão que esta Câmara tem para o reembolso, para a venda (melhor dizendo) dos terrenos? Se na realidade há investidores que vão pagar por estes terrenos e quando? Porque realmente o prazo dos quinze anos se calhar é um prazo muito longo para nós estarmos a pôr estes terrenos (se me permitem) no “prego”.*

*Por último, eu gostava só de dizer que não me parece ser a forma mais correcta esta alienação sistemática de todos os imóveis que esta Câmara possuía, em que nos últimos cinco, seis anos, estamos a ver desaparecer - e certamente não faltará muito tempo para que nada tenhamos para preservar como património municipal, nem para gerirmos da forma que se considere mais positiva. Acho que é necessário realmente atentar esta questão que estamos a ficar uma Câmara sem património.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Em primeiro lugar, congratular-me pela presença nesta reunião, neste nobre salão e nesta sessão pública de congratulações, associo-me a elas, umas mais internas, umas mais ruinosas, outras menos, a minha é mesmo uma congratulação pura e simples e desejar-lhe um bom trabalho Senhor Presidente. Esperando que com esse bom trabalho Senhor Presidente, nada de pior possa vir ainda a suceder à nossa já debilitada Câmara, porque fique sabendo que nós sabemos que o Senhor também sabe, que cada hora que perca com a Distrital do PS, é uma hora a menos que está à frente dos destinos da Câmara. E nós estamos atentos a isso! Nós e os 50 % dos eleitores que em si votaram, de certeza.*

*Para além de outras análises de carácter político que me abstenho agora de aqui fazer, como sendo alguma incapacidade espero eu, ou pelo menos algum abrir de olhos para*

*aqueles independentes, que votavam no independente Alberto Souto, nesta vez, pelo menos se calhar meus Senhores, já partimos com menos essa desvantagem.*

*Agora assumidamente é o Presidente da Distrital do PS, assumidamente comanda os destinos do PS. Boa sorte Dr. Souto, e que a sua boa sorte seja inferior à nossa, é aquilo que eu lhe desejo.*

*Em segundo lugar, obviamente que já muita coisa foi dita sobre o custo inicial, sobre o custo final que ainda não sabemos qual é, nem a EMA nem a Câmara têm esse valor exacto ainda, e portanto consequentemente se nem a EMA nem a Câmara o têm, obviamente nós não o teremos. Creio que nem depois do estádio concluído o viremos a ter tão cedo! Porque havia um elemento Senhor Presidente da Câmara, que eu entendia como fundamental para podermos..., dois, para podermos analisar esta operação que hoje aqui se nos propõe. Obviamente um mapa demonstrativo da dívida total cá está, resta perguntar porque é que não esteve antes, tão fácil que é de o “suministrar” - como dizem os nossos “hermanos espanhóis”, mas é engraçado de notar algumas coincidências: a conta de gerência da Câmara que deveria ter sido discutida à duas semanas em reunião de Câmara, não foi. A mesma conta de gerência que deveria ter sido discutida na última semana em reunião de Câmara, não foi. E portanto a seguir encontramos-nos confrontados com a convocatória de uma reunião extraordinária desta Assembleia, para que antes que a conta de gerência chegue à Câmara e nós sobre ela possamos discorrer, já temos o plano ou a operação de LEASEBACK em cima da mesa e com urgência para aprovar.*

*O Dr. Raúl Martins disse e bem, que não seria relevante, que daqui a um mês apreciaremos a conta de gerência. E se daqui a um mês apreciarmos a conta de gerência e entendermos ou chegarmos à conclusão, que com base nessa mesma conta de gerência esta operação, se calhar não teria cabimento agora? É algo que permanecerá na nossa consciência e contra o qual já nada teremos a fazer.*

*Bom, eu deixava-me então de suposições, porque esta é apenas uma suposição e não estou aqui a dizer que intencionalmente a conta de gerência não foi apresentada, embora outros documentos respeitantes a serviços municipais o tenham sido, para lhe dizer o seguinte Senhor Presidente: - dissemos nós CDS, várias vezes nesta Assembleia que o estádio era para nós um desígnio, a partir dos seis milhões de contos e a partir do nosso voto positivo e favorável nessa altura, tornámo-nos cúmplices desse desígnio. Tornámo-nos cúmplices de um desígnio, que o Senhor Presidente, esta Câmara - a anterior e esta, e a EMA foram desenvolvendo permita-me que lhe diga, de uma forma pouco participada, no que diz respeito a esta Assembleia. Obviamente temos uma Comissão que acompanha aqui e acolá, que visita aqui e acolá, mas aquilo que é eventualmente necessário ou fundamentalmente necessário nós nunca tivemos. O Senhor Presidente nunca assumiu perante esta Câmara, que o estádio derrapou em valor de obra. A EMA também não assume publicamente e o estádio efectivamente derrapou. Não é por ter derrapado, que deixa de ser um desígnio, mas derrapou assumi-se! Todos os outros assumiram - há derrapagem no custo da obra. Em segundo lugar, o Senhor Presidente nunca assumiu, nunca assumiu publicamente, que a Câmara teria que suportar ela própria e portanto os munícipes desta Cidade e deste Concelho, a comparticipação do Beira-mar no custo do estádio e a comparticipação da EMA no custo do estádio, uma vez que a EMA é efectivamente uma empresa municipal. Tem que se dizer claramente que é a Câmara de Aveiro, que está a arcar com todos os custos do estádio à excepção da comparticipação do Estado. O Beira-mar não gasta um tostão neste estádio, e ao mesmo tempo recebe através dum protocolo, que ainda não está definido graças a Deus e vamos ver como é que ele se define. A EMA é uma empresa municipal e portanto a comparticipação da Câmara são 3/4 do valor total da obra, não é 1/4 são 3/4 do valor total da obra. Daí as aflições por que esta Câmara está a passar, daí o recurso e como disse muito bem o meu colega de bancada Dr. Nascimento, o recurso à*

*ultrapassagem do linear da justa fiscalidade, como nós tantas vezes aqui dissemos. E portanto Senhor Presidente, se estamos neste desígnio todos juntos, uns mais, outros menos, uns vão visitar mais vezes, outros visitam menos, o Senhor tem que nos assumir, tem que assumir perante nós e conseqüentemente perante os Aveirenses, de que é efectivamente a Câmara que está a suportar 3/4 do investimento total no novo Estádio Municipal de Aveiro, ponto um.*

*Ponto dois, este Estádio é se calhar a obra de maior vulto nos próximos anos em Aveiro, uma vez concluído não sei se conseguiremos avançar para outra tão significativa, quer em termos estéticos, quer em termos financeiros. Mas este Estádio não vive sozinho Senhor Presidente e o Senhor ao pedir-nos autorização pura e simples ao pedir a esta Assembleia que aprove pura e simplesmente esta operação de LEASEBACK, o Senhor não está a pedir apenas e só, não pode pedir apenas e só, que se aprove o último financiamento para o Estádio. O Estádio não vive sozinho Senhor Presidente. O Estádio não pode, não consegue viver sozinho. Mais, arriscando-me a ser impopular, o Estádio nem sequer consegue viver do Beira-mar na primeira divisão, Senhor Presidente. E portanto, para que nós possamos em consciência, em sã consciência aprovar esta operação, o Senhor deve dizer-nos aqui hoje, que tipo de rentabilização prevê para o Estádio? Que tipo de atitude prevê que num futuro que se deseja a muito curto prazo, a Empresa Parque Desportivo de Aveiro pode ter neste desígnio que é o Estádio? Porque já lá vão anos Senhor Presidente, dois anos e eu não vejo nada da PDA. Criou-se, o Administrador Executivo é o mesmo - ainda que não remunerado; eu não vejo nada! Vejo algumas expropriações, vê-se alguma negociação de terrenos, mas não se vê nada. Onde é que está a captação de investidores privados? Bem sei que o Executivo, é um Executivo de tendência Socialista, mas é preciso captar investimento privado, para financiar este Estádio. É preciso, é fundamental! É preciso aliviar as costas do “Zé”: - já te esqueceste? Então assenta outra vez! É preciso aliviar e o Senhor sabe tão bem como eu ou como todos, que enquanto o pau vai e vem folgam as costas. Só que as nossas costas em Aveiro, não têm folgado Senhor Presidente. Venha um mecenas, venha alguém que construa um campo de golfe - ainda que se calhar eventualmente pouco rentável; venha alguém que ponha um hipódromo de corrida, para que apostemos, para que se possa apostar. Venha alguém que construa hotéis e por falar em hotéis Senhor Presidente, é preciso explicar que ao aprovar esta operação, o Senhor Presidente tem garantido, pelo menos para os dois jogos que aqui se vão realizar..., - sete milhões de contos por jogo (uma verba irrisória): teremos hotéis suficientes, para albergar toda a gente que aqui vem? O que é que a Câmara está a fazer? O que é que a EMA está a fazer? O que é que nós temos que ter mais, para além do Estádio, porque não se esqueçam que nós estamos apenas e só a financiar o Estádio. E o resto? É um cogumelo? Um cogumelo não, que agora é altura de guerras, pode ser é uma má expressão - é uma expressão infeliz. Mas é algo que nasceu ali de geração espontânea Senhor Presidente e é onde estamos a gastar catorze milhões de contos. Explique-nos qual o enquadramento? Diga-nos: é assim. Vai ser campo de golfe, não vai ser campo de golfe. Vai ter habitação não vai ter habitação. Vai ter hotéis não vai ter hotéis. Vai ter riacho, vai ter patos, vai ter barcos, vai ter o que quiser, mas explique-nos como é que rentabiliza? E não abanem a cabeça, quer os Senhores da EMA, quer os Senhores da Câmara, porque nós temos que saber e os Senhores têm que nos dizer, esta é que é esta - e não nos calaremos! Porque a mim ninguém me cala, como diz o outro.*

*E por falar em desígnios Senhor Presidente, e já aqui foi aflorado durante esta Assembleia, eu não creio que haja nenhum protocolo com o Hospital, não creio, eu acho que houve uma negociação aprovada por esta Assembleia sem dúvida, com timing's correctos e exactos (e parece que isto não tem nada a ver), mas para mim em Aveiro, os desígnios são como as correntes e as cadeias, têm que ter elos, não é?! E portanto, se o Senhor nos propõe uma*

*operação de LEASEBACK sobre o PP do Centro, e o PP do Mário Duarte, a primeira coisa que tinha que fazer na minha opinião era uns quadradinhos com o PP do Centro e o PP do Mário Duarte e com um marcador fluorescente, os lotezitos sublinhados: olha, é este lote, é este lote, é este lote; ou então poupando-se ao trabalho, com um borrão generalizado dizer: este Mário Duarte, é todo. E com outro borrão mais ou menos generalizado dizer: olha, aqui do PP do Centro sobra a Avenida. E pronto. Aí estávamos todos elucidados, sabíamos o que é que era e o que é que deixava de ser. Ou seja, sabíamos o que é que passava a ser deles e deixava de ser da Câmara. Mas Senhor Presidente, em relação ao PP do Mário Duarte, directamente implicado nesta operação, como muito bem aqui foi explicado já, parece-me que esta operação abarca tudo o que sobra do PP do Mário Duarte à excepção do negócio efectuado já - creio eu sinalizado até, com a Universidade de Aveiro. Há aqui um pequeno senão, e era uma dúvida que eu gostava de lhe deixar muito abertamente, mas apenas uma dúvida: nunca em Aveiro, mesmo nos melhores anos, se viu terrenos a valer setenta contos o metro quadrado. Nunca a Câmara conseguiu vender um metro quadrado de terreno a setenta contos o metro quadrado. ... setenta contos? Senhor Presidente, ok! Depois esclarecer-me-á.*

*Nas intervenções de se, se, se... pensa o Senhor Presidente que daqui a dois anos, finda a guerra, iniciada a reconstrução do Iraque, etc. etc. conseguirá valorizar estes terrenos para noventa? Conseguirá valorizar estes terrenos para cem? Esta era a primeira pergunta. A segunda era, se esta operação abarca todo resto do Mário Duarte à excepção do cedido à Universidade, o que é que o Senhor vai fazer aos armazéns gerais, uma vez que, e já que aqui foi falado, não por mim, da Comissão da Assembleia Municipal, o próprio Hospital está na disposição, uma vez que é uma "S.A." - um Hospital Empresarializado (segundo a nova terminologia), está na disposição de uma vez aprovado, se aprovado em Assembleia Geral, eventualmente até avançar para a expropriação dos Armazéns Gerais, por forma a ampliar para os anexos esse mesmo Hospital. Pode ou não pode, essa expropriação, esse avanço, essa intenção pública do Hospital de crescer, para aquele lado inviabilizar esta operação? E o Senhor Presidente, como Presidente de Câmara que é, sensato, terá que contar com todas as variáveis! Esta é uma delas. Esta para nós não nos faz confusão. Sabemos e dizemos desde sempre, que o Hospital não devia mais ser ali, não nos faz confusão. Mas a si e ao BPI deveria fazer, a não ser que ao BPI se tenham dado outro tipo de garantias, isto é, garantiu-se ao BPI de que este negócio ficava sem efeito. Eu fico contente se isso tiver acontecido. Porque entendo que devemos aproveitar esta oportunidade única, para avançar para outro desígnio e portanto este desígnio pode ser a base de lançamento e de sustentação de um novo desígnio. Agora o Senhor Presidente tem que assumir aqui, de que assim quer fazer.*

*E para já ficava-me por aqui, sabendo Senhor Presidente que nós no CDS, uma vez designados, sempre designados. Isto é, os desígnios que assumimos teremos que os assumir coerentemente e consistentemente, mas que se esta operação for aprovada, o Senhor pode ter a certeza e esta Câmara também, de que é o último financiamento, o último financiamento, pelo menos se depender da nossa vontade, que esta Assembleia Municipal aprovará para este Estádio".*

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*"É evidente que podia fazer uma intervenção em que retomasse, toda uma série de questões que o PCP tem afirmado, seja em relação ao Estádio, seja em relação à situação financeira da Câmara, seja em relação a outros aspectos que lhe estão associados. Mas penso, que as nossas posições já são relativamente conhecidas e que é possível que nos cinjamos ao objectivo desta reunião e à ordem de trabalhos que nos é proposta.*

*É evidente que esta Assembleia, gostemos ou não, já aprovou um concurso público para esta operação que de alguma forma aliena terrenos cuja alienação já foi prevista em Planos de Actividade. Portanto, de alguma maneira, o que aí está, do ponto de vista político está debatido duas, três, quatro vezes.*

*Tem a Assembleia hoje que se pronunciar sobre uma questão concreta que é sobre o concurso, os locais do concurso e a aprovação da adjudicação; que é uma coisa substancialmente diferente de outras que aqui têm vindo a ser discutidas. Nesses termos e olhando para esta matéria, do ponto de vista estritamente financeiro, e olhando para as condições que nos são apresentadas, eu até podia dizer que não há problema de maior, até podia partilhar da visão optimista e idílica que o Deputado Raúl Martins aqui apresentou. Dado que, ao fim de quinze anos, Aveiro vai ganhar uma fortuna com a venda dos terrenos! Ora, eu acho que tirados e descontados todos os “ses” que já foram apresentados por outros elementos da Assembleia, falta falar de dois milhões de euros de rendas anuais!?*

*É evidente que, ao fim de quinze anos, até pode ser que Aveiro ganhe com a operação, mas nos próximos quinze anos Aveiro vai ter que pagar dois milhões de euros em cada ano - quatrocentos mil contos em cada ano! E acreditem, quatrocentos mil contos, a Câmara sabe-o bem, seriam muito úteis para fazer muito investimento, para desenvolver muita coisa nesta terra, para fazer muita construção social, para desenvolver a cultura, etc. etc. E também temos que entrar em linha de conta com os prejuízos da falta desse investimento. Os prejuízos que são causados pelo facto de por ano, quatrocentos mil contos, serem canalizados para a operação financeira.*

*A realidade é que se tem que olhar para todas as facetas e não apenas para uma, hipotética, que se coloca lá bem no fundo do túnel, lá para quinze anos de distância. Essa é uma questão importante.*

*Entretanto, algumas há, de outro tipo, que já foram de alguma forma levemente abordadas e que passo a referir. O prazo que o BPI dá para que a operação seja aprovada (portanto a validade da proposta) é de cento e vinte dias. A proposta é do dia dez de Março, portanto apenas decorreram dezoito dias desses cento e vinte dias em que a proposta é válida. Eu queria perceber, qual é a razão desta urgência toda que leva à convocação de uma Assembleia Municipal Extraordinária para aprovar esta adjudicação? Ou a situação financeira é de tal modo grave que é preciso que este dinheiro entre tão depressa que não pode esperar, não pode esperar uma semana, ou não pode esperar seis dias?! Ou é assim tão grave (e essa hipótese eu não quero acreditar) que se pretendeu realizar esta Assembleia antes do Senhor Presidente ter a oportunidade de esclarecer a Comissão da Assembleia Municipal sobre a carta que lhe foi dirigida e sobre o assunto da carta que lhe foi dirigida.*

*A Comissão da Assembleia Municipal para o Acompanhamento do Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte recebeu informações consistentes, informações fidedignas, acerca do interesse do Hospital em manter os terrenos dos Armazéns Gerais e inclusive informação sobre a troca de correspondência entre as autoridades da Administração Regional de Saúde e a Câmara Municipal. Esta reunião da Comissão ocorreu no dia 17 de Março (a semana passada) e nós decidimos nessa reunião da Comissão convocar o Senhor Presidente, pedir ao Senhor Presidente, para vir a uma reunião da Comissão para nos esclarecer acerca deste assunto e somos agora confrontados, os membros da Comissão, com a realização desta Assembleia antes do assunto ser esclarecido na Assembleia Municipal. Isto é: nós temos dúvidas acerca (esta reunião estava marcada para segunda-feira), nós estamos agora confrontados, se os terrenos dos Armazéns Gerais estão ou não estão incluídos nesta operação; dúvidas acerca do interesse ou do desinteresse que a Câmara afirmou que o Hospital tinha face aos terrenos — e que foi contrariada já pela entrevista realizada com o Administrador do Hospital.*



*Portanto temos aqui um problema, que independentemente da posição que cada um tenha em relação ao uso que aqueles terrenos devam ter (se devem ser para valorizar o Património Municipal ou se devem ser para alargar o Hospital), independentemente da opinião que se possa ter, nos cria aqui uma dúvida consistente, uma dúvida sobre se este negócio pode andar para a frente nos termos em que está aqui previsto ou se não vai ser bloqueada em determinado momento por alguém que não deixa concretizar. Aliás, até admito que assim possa ser dado o cuidado que houve na separação dos dois terrenos e dos dois lados. Porquê? Porque é que o Senhor Presidente tendo a carta da Comissão que colocava uma série de dúvidas e pedia esclarecimentos, porque é que não fez com que esta reunião da Assembleia Municipal fosse após essa reunião da Comissão?*

*Por isso eu não vejo - penso que interpretando o sentimento da Comissão, penso que é o mínimo que é exigível, é que o Senhor Presidente preste hoje aqui os esclarecimentos que lhe são solicitados, muito embora não haja o contraditório, não haja o pormenor de discussão que existe sempre numa Comissão da Assembleia, mas eu não posso em consciência (penso que os outros membros da Comissão também não podem avançar em consciência), com uma apreciação desta matéria, sem esse esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara.”*

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“É bonito, é patriótico e republicano, é verde e vermelho.*

*Bom, o Senhor Presidente da Câmara tem neste momento um tão enorme número de questões para responder que a minha intervenção será curta e não será certamente interrogativa.*

*Por mim subscrevo a parte inicial da intervenção do Senhor Salavessa, pela serenidade que teve. Já não é a primeira vez que este Deputado Municipal nos deixa uma marca de serenidade muito grande no modo de análise das coisas, sobretudo para prestar particular atenção à própria ordem de trabalhos. É sempre bom, quando se faz uma intervenção, ter lido a ordem de trabalhos e saber rigorosamente de que é que estamos a falar e o que é que temos aqui que aprovar.*

*Nestas circunstâncias, para manifestar a minha opinião positiva sobre este Leaseback, mas também para na sequência de algumas intervenções anteriores, relembrar nesta pequena parte o nosso Presidente da Câmara: “uma Assembleia com algumas particularidades interessantes”. Lembra-me muitas vezes o que se passou com a Câmara anterior, que é coisa que não existe – isto é: com mandatos anteriores (eu corrijo) a este Presidente da Câmara, e lembra alguns aspectos para dizer então que Aveiro vivia bem — não lembra efectivamente como Aveiro vivia e como Aveiro está a viver! Designadamente, não lembra os sustos que foram matéria de tanta intervenção sobre o Fórum, sobre o Feira Nova, sobre o Carrefour, sobre as Glicínias – só para dar alguns exemplos. Isto é, não lembra o factor indutor de crescimento que são efectivamente algumas obras; não lembra que isto é a capital de distrito; não lembra que é preciso ter rasgo e que felizmente a história muito curta, tem demonstrado que Aveiro recuperou o atraso incomensurável que em termos relativos estava a ter, designadamente (só para estabelecer uma comparação), com Braga. Aveiro é hoje uma cidade desenvolvida, atraente, e se alguém tem que se queixar serão alguns concelhos limítrofes, não nós.*

*Mas nós, o nosso objectivo, é votar favoravelmente o desenvolvimento de Aveiro; não o de qualquer outra coisa. E por isso, desta vez, aquilo que temos que fazer aqui hoje é decidir o que tem que ser forçosamente já decidido de acordo... aliás, subscrevendo intervenções de nós próprios, das diversas bancadas, a propósito deste mesmo assunto, ter o cuidado de não entrar em contradição consigo próprio.*

*Eu sou daquelas pessoas que acha que as actas deviam estar todas elas passadas a papel. Teria hoje gosto de ler aqui intervenções que certamente levariam alguns dos oradores anteriores a sem dúvida votar favoravelmente aquilo sobre o que favoravelmente se pronunciaram já e que está registado em acta – infelizmente, não legível com facilidade. Assim, para terminar como os outros começaram, para me regozijar também pessoalmente pela eleição do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro para a presidência distrital do Partido Socialista. É sonho pessoal meu, há muito, a existência não de uma derrota das pessoas anteriores, mas de um rejuvenescimento do Partido Socialista. E tenho a certeza que sendo ele, certamente com a mesma força que foi capaz de desenvolver em tão pouco tempo esta cidade da maneira como ela está, também será capaz de desenvolver de forma totalmente inovadora o Partido Socialista. Fico muito contente com a vitória que teve.”*

#### Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Bem eu se calhar começava pelo fim, pela dúvida que assaltou o Senhor Salavessa a propósito de alguma intenção maquiavélica e calculismo que eu tivesse no agendamento desta reunião. Não foi nada disso! Eu queria recordar que esta operação do leasing começou em Novembro, foi aprovada por uma reunião de Câmara salvo erro em Dezembro. E o processo tem seguido os seus trâmites normais, o percurso normal, para nós já deveria até ter sido aprovada antes, porque como todos temos presente o estádio tem que estar pronto no Verão e estamos a falar de um montante muito significativo e decisivo para a conclusão das obras. E há prazos que nós não controlamos de facto. Não controlamos o prazo do Tribunal de Contas (entre outros), e por isso não houve nenhum propósito maquiavélico a respeito da marcação urgente desta Assembleia em relação à aprovação desta operação. A urgência é só essa. De facto nós temos... quanto mais cedo pudermos ao nível do órgãos municipais ter esta operação aprovada melhor. Porque não sabemos quando tempo é que ainda vai demorar o Tribunal de Contas e porque a obra está em curso e precisamos dos meios de financiamento quanto antes. É só essa a razão.*

*Depois gostava de enfim, é uma observação recorrente, mas já foram tantas vezes dadas as explicações que me surpreende como é que continua a aparecer esta tentativa de deixar a imagem que tem havido uma gestão menos rigorosa da obra e que o preço e o custo do estádio deslizou, derrapou, e vai no dobro!*

*Toda a gente se recorda dos seis milhões de contos. Mas recordem-se também do resto dos seis milhões de contos. Os seis milhões de contos correspondiam a um custo no papel, uma folhinha, duas linhas, que diziam assim: duzentos contos vezes trinta mil lugares, dá seis milhões de contos. Foi um custo abstracto, estimado. Ainda hoje não se sabe bem por quem, ninguém quer assumir as culpas dessa estimativa; dizem-nos que terá sido a UEFA — a Câmara não foi como todos se recordarão! Isto foi o custo representado na altura em que toda a gente se quis candidatar, aparentemente estimado pela UEFA. Mas um custo médio de construção sem nenhum estudo prévio; sem nenhum projecto; sem serem contabilizados custos de aquisição com terrenos; sem acessibilidades; sem nada disso. E portanto, não há nenhuma derrapagem!? O que não se veio a confirmar foi de facto as expectativas que todos tínhamos sobre as participações estaduais. Eu recordo que este é um projecto nacional, não é um projecto do município. Não foi o município de Aveiro que se candidatou a acolher em Portugal o EURO 2004. Candidatou-se a receber em Aveiro o EURO 2004, no âmbito desse desígnio nacional. E todas as cidades que na altura lutaram e conseguiram a vitória aplaudida por todos então de ter o EURO nas suas terras, tinham a expectativa de que de facto as participações do Estado pudessem aumentar. De facto, elas não são... eu gostava Deputado Diogo Machado, que elas fossem três quartos! Eu*

*acho que elas são oito décimos. O Estado paga muito pouco. O tal um e meio milhão de contos ou os tais sete milhões e meio de euros. E do que paga, ainda temos que nos candidatar aos fundos comunitários de apoio e, portanto, a percentagem do financiamento total do Orçamento do Estado na construção do estádio de Aveiro é ínfima e é absolutamente desrazoável em relação à dimensão nacional deste projecto. E de facto temos que ter muita imaginação para conseguir não deixar ficar mal Portugal e os compromissos que assumimos perante todos e conseguirmos ter um estádio que desde o momento que foi adjudicado, e salvo erro (estou a dizer de cor) julgo que foi adjudicado por oito milhões e setecentos mil contos, não tem trabalhos a mais. Tem é ainda uma questão que deve estar para ser resolvida em breve, de serem definidos com rigor o que são os erros e omissões. Há trabalhos a menos. Haverá trabalhos a mais nesses erros e omissões do projecto, que é o normal numa obra desta dimensão e que certamente atingirá valores dentro dos quadros de financiamento que estamos aqui hoje a pensar. E portanto, tem havido uma gestão muito rigorosa e nada displicente de todo este projecto.*

*Uma nota também ao lado, porque é mesmo ao lado, mas para repor a justiça das coisas sobre a PDA. O Deputado Diogo Machado tem andado certamente pouco atento às oportunidades que já aqui tivemos de mostrar trabalho desenvolvido pela PDA. Eu queria recordar que é uma área de duzentos e setenta hectares que têm vindo a ser negociados. Não é pouca coisa. Tem-se vindo a trabalhar num plano que abrange essa área toda, mais especificamente no campo de golfe, que é um projecto com autonomia como sabem, e ainda por cima a PDA não prevê no seu desenvolvimento a necessidade de recorrer a fundos públicos. Portanto, é um projecto que tem estado a ser desenvolvido como tem que ser. Mas os instrumentos de planeamento e a aprovação de um campo de golfe demora um tempo e estamos a chegar a uma recta final. Espero que daqui a umas semanas a uns meses possamos ter todos a alegria de ver esses instrumentos aprovados, para poderem ir então para o mercado, sem praticamente (como teve também a justiça de reconhecer) ter nenhuns custos administrativos e de funcionamento para os cofres municipais.*

*Em relação à operação de leasing que hoje aqui temos. Em primeiro lugar, para recordar o seguinte em relação aos lotes. Houve aqui pessoas que se interrogaram sobre quais são os lotes que estão em causa, porque não estariam aparentemente bem identificados. No PP do Centro, como imaginam, não podiam ir para esta operação os lotes da outra operação que temos com a IMOLEasing e, portanto, os lotes que estão nesta operação são todos os outros que não pertencem à IMOLEasing e que ainda não estão vendidos.*

*Eu tenho aqui uma relação exaustiva e para que não haja dúvidas, que constava portanto, dos documentos que foram fornecidos ao concorrente. Mas é evidente que são esses lotes: o treze, o catorze, o doze, o onze, o dez, o nove, o oito, quatro, cinco, sete, seis, um, dois e três. Portanto, em relação aos do PP do Centro a questão é essa.*

*Mas aproveitando a sua deixa e também respondendo a uma afirmação que foi feita e que não está correcta. A Câmara, o último lote que vendeu no PP do Centro (e é um dos menos bem posicionados no contexto, no quadro daquele plano de pormenor), vendeu por um valor superior a setenta contos. Ou seja, significativamente superior à base, que era inferior e que ultrapassou os setenta contos – e já foi há alguns meses. Portanto, estamos a falar de um valor que é um valor prudente, razoável, sendo certo que nós temos a expectativa que nas zonas melhores desse plano os preços subam mais e que, enfim, esta recessão que agora assistimos não vai continuar certamente e daqui a alguns meses, esperemos todos, a situação possa mudar e a economia reanimar.*

*E queria sossegar também todos, ainda temos muitos activos e cada vez mais. Nós estamos a comprar muitos terrenos e a ficar com activos suplementares. Temos ainda muitos.*

*E também não percebi a ideia de que estávamos a vender tudo o que tínhamos! Eu julgo que toda esta Assembleia, das inúmeras vezes que pôde apreciar o Plano de Pormenor,*

*estava convencida que os lotes eram para vender. Não eram para ficar ali a enfeitar na planta apenas. São lotes para vender, evidentemente! É um buraco urbanístico que temos no centro da cidade, que tem que ser comercializado, para que tenhamos mais cidade – cidade com qualidade, assim esperamos. E isso faz parte, enfim, das expectativas de todos – assim creio. Portanto, não estamos a vender tudo, estamos a vender um conjunto de lotes que sempre se previu que fossem vendidos e que fazem parte de um plano de financiamento que esta Assembleia conhece desde o início. Não há grandes variações. Se quiserem ir pescar nas actas de há três anos não há grandes variações entre o modelo inicial de financiamento e aquele a que estamos a chegar nesta fase, embora agora com esta operação financeira de facto sobre a componente do imobiliário.*

*Em relação ao Mário Duarte e à questão dos armazéns gerais eu queria ser muito claro. O que foi para concurso e consta de facto do caderno de encargos é toda a área envolvente ao Mário Duarte incluindo os armazéns gerais e incluindo o terreno em relação ao qual temos o contrato de promessa com a Universidade.*

*E digo isto em nome da verdade, do rigor, e penso que todos vão compreender porquê. É que nós quando lançámos a operação do leasing foi antes de termos concluído a operação com a Universidade e, portanto, não tínhamos na altura nenhuma garantia formal de que ela se consolidasse e portanto, tínhamos que lançar o concurso para a totalidade. E em relação aos armazéns gerais, nós do ponto de vista do Executivo, não temos dúvidas sobre qual deve ser o destino daqueles terrenos. E quando alguém há pouco me recordava, e bem, a posição da Assembleia Municipal sobre esta matéria, eu gostava que recordassem tudo também. A Assembleia Municipal foi convidada a sugerir à Câmara e a recomendar à Câmara, que ponderasse a hipótese de alienar os terrenos ao Hospital. E se bem me recordo ouve uma autorização de permuta que veio mais tarde a esta Assembleia (isto deve ter sido lá para noventa e nove/dois mil), uma autorização de permuta tendo em vista a expansão do Hospital. Agora, a autorização de permuta não é uma obrigação de permuta. Convenhamos! Não é. A Câmara na altura seguiu a recomendação da Assembleia, deu os passos que eram necessários e ficou autorizada a efectuar essa permuta. Depois todos sabem o que aconteceu. Estivemos longos meses, anos, à espera que a situação se definisse: nem expansão, nem dinheiro! Até que um dia apareceu o Plano de Expansão do Hospital ali na sala ao lado sem que a Câmara tivesse sido formalmente ouvida sobre isso. E eu gostava de dizer o seguinte e é opinião do Executivo que está em funções: esta Assembleia actual está eleita por um outro sufrágio, nunca se pronunciou sobre isso, deu uma autorização ao Executivo anterior, que este entende que não é uma obrigação e de facto reviu as suas opções de planeamento nessa matéria.*

*E gostava de vos dizer o seguinte: eu como Presidente da Câmara e enquanto for Presidente da Câmara, não aceito e não aceitarei nunca, nem da parte da Administração do Hospital, nem de nenhuma outra parte da Administração desconcentrada do Estado, sob a forma de sociedade anónima, seja o que for (e julgo que ninguém aqui nesta sala também aceita), que a Administração Central possa impor ao Município de Aveiro projectos desta dimensão sem ouvir formalmente a entidade que foi eleita; com competências para planear o seu território. É inadmissível! Os municípios em geral e o município de Aveiro não podem ser tratados como se fossem, enfim, com a desconsideração – não é desconsideração, é com a irresponsabilidade urbanística de poder uma entidade decidir a expansão ou a criação de um Hospital sem conhecer os instrumentos de planeamento que estão em vigor, sem ouvir a Câmara – técnica e politicamente sobre matéria desta gravidade e importância como é a expansão do Hospital.*

*E portanto, como isto não foi feito, como o tempo se foi arrastando, não apareceu apesar de ter sido prometido várias vezes e a esta Assembleia. Eu recordo-vos, para os que cá estavam na altura, que esta Assembleia foi praticamente colocada perante um ultimato —*

*que estava em risco de se perder um financiamento para a obra do Hospital. Financiamento que nunca apareceu! E que ainda não apareceu hoje! E, portanto, a Câmara de Aveiro, esta Câmara, não está em condições (e já decidiu isso há algum tempo), de continuar à espera de expectativas que não se confirmam e em nome de uma estratégia, de um procedimento e de uma metodologia que é absolutamente condenável e que me recuso a aceitar enquanto estiver nestas funções. Temos que nos fazer respeitar. E não é apenas por isso, porque realmente é uma irresponsabilidade total desenvolver-se um projecto destas características sem que o município tenha sido ouvido técnica e politicamente sobre isso. E de facto constam esses terrenos nesta operação.*

*Só para rematar. Também se recordarão, a Câmara de Aveiro efectuou estudos de planeamento para a localização de um novo hospital no cruzamento entre o ICI e o Eixo-Estruturante, muito mais concêntrico em relação a todo o concelho, próximo do acesso à A1 e a todos os eixos viários importantes. E estamos totalmente disponíveis para estudar com a administração hospitalar a nova localização do hospital ou outras possibilidades de expansão do hospital nas imediações — como não foi feito por essas entidades tanto quanto sabemos!? Como temos de facto esta incerteza quanto à área de construção total que vai ser autorizada, porque temos de facto o plano de pormenor em elaboração como sabem, e permitam-me que faça também aqui um aparte: não houve nenhuma...Dr. Jorge Nascimento, ninguém andou a brincar com a Assembleia — bem pelo contrário! O senhor doutor e todos aqui se recordam, que nós bem cedo quando nos apercebemos que seria conveniente elaborar um plano de pormenor para a zona fomos nós que suscitámos a questão à Assembleia Municipal, logo no primeiro momento em que tomámos essa decisão para que esta Assembleia pudesse desde o início acompanhar a elaboração desse plano de pormenor. Foi exactamente o contrário. Não foi andar a brincar com a Assembleia. Foi ter a noção exacta de que a Assembleia era um parceiro fundamental neste processo e que devia ser associada tão cedo quanto possível à elaboração do mesmo e, portanto, isso foi feito com esse respeito e com esse cuidado. É verdade que estamos cientes duma ala sobre a área de construção que possa vir a ser finalmente aprovada para ali. E por isso a área de construção que foi para a operação financeira é uma área prudente, que parte dos mínimos que nas três hipóteses que estão pendentes na Assembleia, estão previstos cerca de trinta mil metros. Foi com essa base, que é a base mínima que foi para o concurso. Ou seja, pode ser que tenha mais construção — não terá menos. Foi com essa base.*

*Agora mesmo que tudo isto corresse mal, mesmo que acontecesse a tal expropriação que é uma coisa fantástica que possa acontecer (e até porque há que adaptar agora a operação que está criada com a Universidade), por isso mesmo tivemos o cuidado técnico de separar no caderno de encargos admitir a possibilidade de serem feitas propostas distintas para os lotes do PP do Centro e para a zona do Beira-mar. E felizmente foi isso que aconteceu e é isso que vai ter que acontecer. O BPI na altura da formalização da proposta do contrato vai apresentar duas propostas pelo menos, uma para a zona do PP do Centro e outra para a zona do Mário Duarte; logo que estiver consolidado e tiver a certeza sobre exactamente afinal quais são as áreas que vão estar disponíveis.*

*De resto, quanto às condições financeiras, eu julgo que todos reconheceram que é uma excelente operação. Eu queria só recordar que quando apreciámos aqui a taxa de juro que resultou do concurso, em que seleccionado o empréstimo bancário puro, a EURIBOR era a mesma taxa como aqui, mas as duas propostas que apareceram variavam entre 0,50 e 1,00 percentuais. Aqui estamos com 0,75% e, portanto, para uma operação de leasing é uma taxa muito boa, como foi reconhecido por todos. É evidente que há os encargos financeiros a pagar, mas são encargos financeiros que estão abaixo daquilo que poderia resultar do empréstimo normal. E como o Dr. Raúl Martins explicou e bem, só o que vamos receber com a SISA e com as SISAS subsequentes, pode permitir ajudar a suportá-los. É evidente*

*que perdurarão, mas o interesse desta operação é que nós à medida que o mercado de imobiliário vá reagindo podemos ir amortizando e, portanto, automaticamente fazer alguma mais-valia na medida em que se consiga vender acima deste valor de setenta contos. E portanto ganhar alguma folga para o pagamento dos encargos e diminuir os mesmos encargos, na medida em que a amortização, obviamente, faz reduzir os encargos devidos. De resto se houver uma desvalorização dos terrenos o risco não é nosso. Se houver uma desvalorização dos terrenos o risco é de quem ofereceu vinte e cinco milhões ou vinte e dois milhões mais a SISA por terrenos que afinal valem menos do que isso. Nós não temos nenhum problema, o risco não é nosso — esperemos que isso não aconteça.*

*Sobre o Estádio, o que eu gostava ainda de dizer..., foi aqui dito também, creio que pelo Deputado Diogo Machado, que nunca tinha sido dito a esta Assembleia ou referido a esta Assembleia qual ia ser o enquadramento e a rentabilidade e o financiamento do Estádio e que teria havido pouca participação na Assembleia. Eu não sei (ele não está aqui agora julgo eu), mas eu julgo que este processo de facto tem sido de alguma forma exemplar da muita participação que esta Assembleia tem tido. Nós temos falado em plenário variadíssimas vezes; está constituída uma Comissão de Acompanhamento do EURO que tido acesso a todas as informações relevantes e que tem apreciado inclusivamente os termos do protocolo a celebrar com o Beira-mar. E eu acredito que o novo estádio pode ter uma rentabilização suficiente para que os custos da sua manutenção sejam encarados com optimismo. Algumas contas fáceis que se podem fazer, mas há de facto mesmo num cenário pessimista boas perspectivas de que se conseguirmos comercializar a valores prudentes os camarotes que estão previstos – ou apenas uma parte deles. Isso será suficiente para que os custos inerentes à exploração do estádio possam ser cobertos. É evidente que facilita se o Beira-mar não apenas estiver na primeira divisão, mas tiver uma equipa mais competitiva e que possa atrair cada vez mais gente ao espectáculo do futebol. Mas temos um cenário, que mesmo pessimista, é suficiente para acreditar que a exploração do estádio será sustentada. E Senhor Presidente julgo que esclareci todas as questões.”*

#### Membros da Assembleia:

Vogal Gustavo Barros (PD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Maria das Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Em primeiro lugar Leaseback, que é no fundo o que estamos aqui a discutir. Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que a PDA está a desenvolver o seu trabalho normal, o seu trabalho planificado em devido tempo. Das duas uma, Senhor Presidente da Câmara, ou demorou tempo demais a planificar o seu trabalho ou a planificação do trabalho que foi feita pela PDA, não foi a mais correcta para suportar este investimento que é o estádio. Eu não disse que a PDA não tem expropriado terrenos. Não disse nada disso! Eu não disse que a PDA não está a tentar entrar no mercado. Não disse nada disso! Eu disse é que já vai tarde! Já devia ser à mais tempo. Eu não questiono que a PDA exista, eu questiono a PDA tal qual ela tem funcionado. Já vai tarde! Se calhar havia financiamento bancário que não seria necessário a esta Câmara. Foi isto que eu disse, e estamos esclarecidos, creio eu Senhor Presidente.*

*Depois, e porque aqui foi citado o hospital, em primeiro lugar apraz-me registar com muito agrado a posição da Câmara Municipal de Aveiro aqui expressa pelo Senhor Presidente – mas com muito agrado! Porque o tempo da “Republica das Bananas” em Aveiro tem que acabar e é exactamente este o termo: o tempo da “Republica das Bananas” tem que*

*acabar! E esta reunião hoje parece claramente igual àquela que tivemos no mandato anterior pela anterior Assembleia Municipal, em que fomos enganados e esta Assembleia Municipal que é outra, mas que sabe e que conhece o passado já viu que em três anos nada foi feito. E portanto, na altura como dissemos e voltamos a repetir – fomos enganados! Não havia cinco milhões de contos coisíssima nenhuma, para fazer nenhuma obra no hospital; a discussão é exactamente a mesma: balofa, redonda, circular, inconsequente, essa sim por parte daqueles que dizem que saúde, que saúde, que saúde! Unamo-nos em torno..., façamos todos, as primeiras páginas. Sejamos todos capazes de saber que neste momento Aveiro está a um passo de conseguir entrar nisso. A um passo! Sejamos todos capazes disso, esqueçamos os partidos, esqueçamos a politiquice barata, de todos os dias; esqueçamos tudo isso e sejamos capazes de encarar o “Hospital Novo”, seja ele ali, acolá ou noutra qualquer, como um desígnio superior ao desígnio do estádio. Porque é a saúde que está em causa. Não é que saúde está em causa, é a saúde que está em causa! E esta é a grande diferença entre nós e alguns outros. É que nós não questionamos: que saúde? Nós queremos a melhor saúde! Nós sabemos para onde temos que ir, e caso os senhores leiam pouco mais do que as primeiras páginas dos jornais, há pelo menos quadros deste partido que não são inconsequentes e já disseram pelo menos hoje porque é que é preciso um hospital novo. É claro que nada disto inviabiliza, aliás tudo isto obriga a um debate o mais aprofundado possível de toda a sociedade aveirense – seja capaz a Assembleia Municipal de o provocar, de o promover. Seja capaz a Câmara de aderir a ele. Sejam capazes os partidos de se juntarem neste desígnio. E não me venham com tretas – desculpem o termo – de dez anos. Dez anos foi o que o Dr. Rui de Brito (e os bois neste caso têm nome), dez anos foi o que o Dr. Rui de Brito nos disse há três anos atrás. Já vamos em treze anos então! Treze! Mentiras foi aquilo que nos foi dito há três anos atrás. Já vamos em mais treze anos de mentiras se calhar. Sejam capazes de deitar para trás das costas estas brigas inconsequentes, essas sim inconsequentes. Deixem-se de brincar aos milhões! Quem paga? Todos temos que pagar. Que todos paguemos, que Aveiro pague, que o Distrito de Aveiro pague. Pagava com gosto de certeza, para que o meu filho se cair e bater com a cabeça - como já disse isto noutra lado, não tenha de passar apenas e só pela triagem de uma urgência miserável (em termos de instalações físicas), porque de profissionais está superiormente bem dotado o hospital de Aveiro. E se assim não fosse já tinha caído! Quem sustenta aquele hospital, são os profissionais. E se assim não fosse já tinha caído! Deixemo-nos de engrossar as estatísticas de Coimbra (artificialmente), para que os investimentos lá caíam direitinhos; porque afinal eles fazem, mais do que nós! Mas fazem mais do que nós, porque afinal nós não temos condições para fazer aqui.*

*Demagogia barata é o que eu não estou a fazer! Também sou capaz, mas é o que eu não estou a fazer.*

*Depois e para terminar, muito simplesmente, espero que o senhor seja capaz, que esta Câmara seja capaz, e nesse ponto estamos todos certamente de acordo, que o senhor seja capaz, com a ajuda desta Assembleia se precisar, de concretizar o negócio do Centro de Saúde Mental de S. Bernardo, de o entregar à Junta de Freguesia de S. Bernardo, como eu sei que é intenção desta Câmara. Não deixemos é que seja este Conselho de Administração ou outro qualquer a inviabilizar isso! Porque é importante para S. Bernardo. E portanto, se formos todos capazes de entrar nisto, estamos todos no mesmo barco, e estamos a um passo...*

*E já agora senhores, o debate não é quem paga – todos já leram certamente a lei das parcerias público/privadas, é assim que se vão construir dez hospitais neste país. Saibam que há um que não reúne os requisitos e que Aveiro pode entrar. Que seja capaz de entrar com todos, é aquilo que se deseja.”*

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Só três ou quatro notas muito breves. Bem... em primeiro lugar, respondendo à questão do senhor arquitecto Gustavo Barros sobre a eventual ilegalidade — a inclusão dos terrenos. Eu queria recordar uma coisa muito simples: é que os terrenos são da Câmara! Os terrenos são da Câmara e, portanto, não vejo que haja aí nenhum obstáculo.*

*Em relação à questão do Hospital e para que não haja dúvidas, por acaso até encontrei aqui uma cópia da carta que enviei ao Sr. Dr. Álvaro Castro e que terei o prazer de remeter à Assembleia todo o dossier sobre isto. Em finais do ano passado (ainda durante o mês de Novembro), já depois de termos tido uma reunião com o Sr. Dr. Álvaro Castro, logo que ele tomou posse, e em que lhe expusemos os nossos pontos de vista — julgo que estava também o Dr. Capão Filipe como Director Clínico; tivemos uma reunião com os dois, foram expostos os pontos de vista da Câmara sobre esta matéria. E depois mais tarde enviei-lhe uma carta confirmando aquilo que tinha dito na reunião e que diz isto: «Na sequência do estudo urbanístico elaborado por esta Câmara Municipal para a área do estádio municipal e zona envolvente, vimos para este efeito informar que a autarquia não se encontra interessada na cedência dos terrenos dos antigos armazéns gerais à Administração Regional de Saúde, para efeito da expansão do actual hospital.*

*Entretanto, foram efectuados estudos de planeamento nos termos dos quais se identificaram duas áreas possíveis para implantação do futuro Hospital de Aveiro».*

*E eu só vou ler a parte seguinte para se perceber quem é que não tem tido – eu não quero dizer que esta Administração não tem tido, mas pelo menos a Câmara tem tido toda a abertura e boa vontade para estudar com o Hospital qual é a melhor solução.*

*«Para uma melhor análise por parte dessa direcção, junto enviamos cópia da planta com proposta de localização prevista no plano de urbanização da cidade de Aveiro, ficando ao inteiro dispor da Direcção do Hospital para quaisquer esclarecimentos que considerem necessários e disponível para colaborar com a definição e prossecução dos objectivos que melhor defendam o interesse do concelho e da região...».*

*Portanto, pelo menos desde esta data que a Direcção do Hospital o conhece, como conhece também a Administração Regional de Saúde (e eu vou-me dispensar de ler as cartas que trocámos porque são um bocadinho mais extensas) as intenções da Câmara.*

*Mas de facto, eu gostava de dizer o seguinte: o fundamental é realmente a saúde dos munícipes – estamos todos de acordo! Não é saber se o Hospital é ali aquela expansão, se é mais para a esquerda, se é mais para a direita, se é um novo Hospital. Eu acho que deve ser um novo Hospital! Mas, aquilo que salvo erro o Senhor Salavessa disse, deve-nos preocupar: se de facto a expectativa forem os tais dez anos... eu também não acredito! Eu acho que um Hospital se faz em cinco ou quatro ou três, há vários casos desses, mas há pequenas obras urgentes que se podem fazer ali e que não implicam a expansão que estava prevista. Que essa sim era um bloco de grandes dimensões. Mais vale pensarmos então num Hospital noutra sítio.*

*Mas se há dinheiro (e eu acho que temos de ser sérios), e o Diogo Machado acho que fez uma intervenção neste aspecto que tocou no ponto. A questão do novo Hospital ou da expansão do Hospital é uma questão muito séria. Não podemos andar com pequenas políticas, a brincar com a saúde dos aveirenses – não podemos! Não podemos e temos de nos sentar à mesma mesa e ser muito sérios nisto. Se há dinheiro — como nos andam a dizer que há dinheiro e eu gostava de saber que há dinheiro, e que me demonstrem que há dinheiro. Se há dinheiro para construir aquilo que estava previsto então por favor expropriem-nos, pagam-nos e ficamos com a receita que temos. Melhor do que isso,*



*comprem os terrenos para a instalação de um novo Hospital e construam-no. Comprem os terrenos! Eles estão reservados em termos de planeamento para esse efeito. Deixemo-nos de aleijões e de extensões que foram gizadas em cima de uma perspectiva sem que outras tivessem sido consideradas. Se há dinheiro comprem os terrenos já! Amanhã! Estão reservados em termos de planeamento. Estamos todos de acordo – comecem a construir o novo Hospital. É o desafio que eu deixo porque senão andamos todos a enganarmo-nos uns aos outros e a brincar com uma coisa muito séria e ninguém quer que isso aconteça. E deixem-me dizer o seguinte: se é verdade que no passado terá havido alguns exemplos em que a Administração Central ou desconcentrada do Estado, não tem em conta as opções de planeamento dos municípios, infelizmente nós temos alguns exemplos em Aveiro em que isso tem acontecido. Eu vou só dar o caso do novo Tribunal. O novo Tribunal, houve o cuidado por parte da Administração do Ministério da Justiça, da Direcção Geral respectiva, de vir falar com a Câmara de Aveiro, propor aquele terreno, e para o próprio projecto foi convidado um arquitecto nosso para poder acompanhar — por razões óbvias! Houve esse cuidado. E portanto, isto não tem que ser sempre mau, pode haver uma boa colaboração e deve haver uma boa colaboração e eu espero que haja. Espero que a Administração Regional de Saúde e a Direcção do Hospital tenham essa percepção e que aceitem conversar com a Câmara para que em conjunto possamos estudar quais são as melhores opções de planeamento para o novo Hospital de Aveiro.”*

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto único da ordem do dia, Prestação de serviços de locação financeira na modalidade de “leaseback” – aprovação da adjudicação, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (PS19+PSD1+PP1), seis abstenções (PP5+PCP1) e dez votos contra (PSD10).**

Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

*“O PSD votou contra esta proposta, porque ao incluir os terrenos dos armazéns gerais vai contra deliberações anteriores desta Assembleia, em que se propunha a permuta dos terrenos dos armazéns gerais com o Hospital. E com esta aprovação estamos a pôr em causa uma possível expansão do Hospital de Aveiro — se for esse o caso, que os técnicos de Saúde entendam qual é a melhor maneira para que em Aveiro haja melhor cuidados de saúde.*

*Este nosso voto contra só tem esta razão. Porque de modo algum nós queremos inviabilizar a possibilidade de financiamento do Estádio Municipal de Aveiro.”*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

*“Declaração de voto em nome dos membros da bancada do PP que se abstiveram.*

*Abstivemo-nos por duas ordens de razões e notando que o cabeçalho desta reunião é Estádio Municipal de Aveiro – financiamento.*

*Primeiro, porque consideramos ser o último financiamento a que esta Câmara poderá almejar através desta Assembleia e porque, não queremos ser incoerentes connosco próprios.*

*Segundo, abstivemo-nos também, envolvendo nisso até uma questão de delicadeza para com a Câmara, uma vez que também considerando não haver prejuízo em que esta Câmara Municipal deixasse a Comissão já instituída chegar a conclusões objectivas para então depois avançarmos para esta situação.*

*Em terceiro lugar, e muito simplesmente, esperamos com este voto a Câmara não volte aqui a pedir mais dinheiro para o Estádio, e que o Estádio seja a partir de hoje definitivamente o primeiro dos desígnios conseguidos — o outro sabemos qual é. E apraz-me também registar que começámos já hoje a falar nele”.*

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Continuando o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída esta Sessão Extraordinária.

Eram 24:00 horas do dia 28 de Março de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)